

Os impactos das reformas educacionais brasileiras no trabalho docente das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) em Minas Gerais

Los impactos de las reformas educativas brasileñas en el trabajo docente de las Instituciones Federales de Enseñanza Superior (IFES) en Minas Gerais

The impacts of the Brazilian educational reforms on the teaching work of the Federal Institutions of Higher Education (IFES) in Minas Gerais

Recebido em 12-07-2016
Aceito para publicação em 25-04-2018

Noádia Munhoz Pereira¹
Fabiane Santana Previtalli²

Resumo: A pesquisa analisa a importância do dimensionamento político que é dado ao trabalho docente, visto que a instituição universitária está vinculada à formação de profissionais de qualidade social referenciada. Sendo assim, cumpre entender a real intenção da reestruturação do capital no contexto de sua função mercadológica definida pelas relações de trabalho na modernidade que no intento de responder aos interesses do sistema produtivo desenvolve uma nova configuração do trabalho docente no ensino superior. Também busca apreender as transformações das políticas educacionais como um dos componentes do trabalho docente, assumindo uma posição clara de interrogação, abertura, dúvida, diálogo e aperfeiçoamento. Nesse sentido, tem como objetivo traduzir a reforma da educação superior na busca de um modelo de gestão do trabalho docente; analisar os impactos das diretrizes legais e suas influências no direcionamento das inovações para o trabalho docente; e, por fim, identificar a redefinição do conceito de reestruturação produtiva, ou seja, como o trabalho é entendido e como o trabalhador entende a qualificação para o seu trabalho.

Palavras-chave: Políticas Educacionais; Trabalho Docente; IFES; Minas Gerais.

¹ Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (2008) e Doutora em Educação pela mesma universidade (2014). Integra o Grupo de Pesquisa: Trabalho, Educação e Sociedade GPTES/UFU. Tem experiência em Educação, com ênfase em Administração de Unidades Educativas, atuando principalmente em política educacional, gestão democrática, ensino superior, educação básica e teoria organizacional de instituições públicas de ensino superior (2004-2012). E-mail: noadia.pereira@ufu.br

² Mestre em Sociologia (1996) e Doutora (2002) pela Universidade Estadual de Campinas. Profª Associado I na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação/FACED/UFU e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/INCIS/UFU. Membro do Núcleo de Pesquisas em Ciências Sociais/NUPECS/UFU e do Laboratório de Ensino de Sociologia/LESOC/UFU. Coordenadora o Grupo de Pesquisa: Trabalho, Educação e Sociedade/GPTES/UFU. É investigadora no Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa/IHC/UNL, junto ao Grupo de Pesquisa: Trabalho e Conflitos Sociais em nível de pós-doutoramento. Pesquisadora do PPM - FAPEMIG e do CNPq. E-mail: fabiane.previtalli@gmail.com

Resumen: La investigación analiza la importancia del dimensionamiento político que se da al trabajo docente, ya que la institución universitaria está vinculada a la formación de profesionales de calidad social referenciada. Siendo así, debe entenderse la real intención de la reestructuración del capital en el contexto de su función mercadológica definida por las relaciones de trabajo en la modernidad que en el intento de responder a los intereses del sistema productivo desarrolla una nueva configuración del trabajo docente en la enseñanza superior. También busca aprehender las transformaciones de las políticas educativas como uno de los componentes del trabajo docente, asumiendo una posición clara de interrogación, apertura, duda, diálogo y perfeccionamiento. En este sentido, tiene como objetivo traducir la reforma de la educación superior en la búsqueda de un modelo de gestión del trabajo docente; analizar los impactos de las directrices legales y sus influencias en el direccionamiento de las innovaciones para el trabajo docente; y, por último, identificar la redefinición del concepto de reestructuración productiva, es decir, cómo se entiende el trabajo y cómo el trabajador entiende la cualificación para su trabajo.

Palabras claves: Políticas Educativas; Trabajo Docente; IFES; Minas Gerais.

Abstract: The research analyzes the importance of the political dimension that is given to the teaching work, since the university institution is linked to the formation of professionals of social quality referenced. Thus, it is necessary to understand the real intention of the restructuring of capital in the context of its market function defined by the labor relations in modernity that in the attempt to respond to the interests of the productive system develops a new configuration of teaching work in higher education. It also seeks to capture the transformations of educational policies as one of the components of teaching work, assuming a clear position of questioning, openness, doubt, dialogue and improvement. In this sense, it aims to translate the reform of higher education in the search for a model of management of teaching work; analyze the impacts of legal guidelines and their influence on the direction of innovations for teaching work; and, finally, to identify the redefinition of the concept of productive restructuring, that is, how the work is understood and how the worker understands the qualification for his work.

Keywords: Educational Policies; Teaching Work; IFES; Minas Gerais.

Introdução

As reformas educacionais brasileiras imprimiram um novo perfil de trabalhador no interior das instituições educativas e principalmente no interior das universidades públicas brasileiras. Um trabalho carregado de conceitos que fogem à compreensão do que vem a ser possível à habilidade humana, já que o torne totalmente vulnerável a um esforço preponderantemente intelectual³. A associação do conceito das reformas educacionais com o trabalho docente precisa estar vinculada às políticas educacionais, pois o trabalho do professor é influenciado de tempos em tempos pelo que a sociedade estipula como regra geral para o planejamento educacional. As reformas educacionais são fruto de políticas educacionais. Por isso, o resultado do planejamento das políticas públicas se materializa por meio dessas reformas. Esse deve ser o primeiro conceito sedimentado antes de prosseguirmos com as nossas análises.

³ Sobre esse conceito ver ALBORNOZ, Suzana (2008). *O que é trabalho?* São Paulo: Brasiliense. (Coleção Primeiros Passos): “A cada um segundo sua necessidade e de cada um conforme a sua capacidade é a regra do socialismo; isto é, deve se tornar a regra da ordem ideal do comunismo. Segundo Ernest Borneman, escritor alemão contemporâneo. Esta é uma regra que só as mães sabem praticar; portanto, um bom socialismo precisa uma sociedade maternal. Uma sugestão polêmica, sem dúvida” (ALBORNOZ, 2008, p. 97).

Sendo assim, o trabalhador aqui é antes de qualquer coisa aquele professor proletário que acima de tudo consegue rezer a cartilha que as reformas educacionais estipulam mediante o mais novo Plano Nacional de Educação decretado pela Lei 13.005/14⁴. Lei essa nascida pelas decisões tomadas em inúmeros encontros de professores e fruto de embates e debates em torno de melhores condições para o trabalho docente. Essa lei amplia a universalização do ensino e define um novo ordenamento para o Sistema Nacional de Educação. Como outra referência importante para a categoria, tem-se também a Lei nº. 11.738/08, que institui, por sua vez, o Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério, constituindo uma grande conquista alcançada para todos os professores do país (BRANDÃO, 2007, p. 105)

Insistimos, pois, na contextualização histórica das reformas educacionais outrora pontuadas na ocasião do II Seminário Internacional *Desafios do Trabalho e Educação no Século XXI*, evento esse em que contribuímos, no GT 1 - *Estado e Reformas Educacionais no Século XXI*, com as análises conceituais em torno das reformas educacionais para o ensino superior a partir da primeira Reforma Universitária Brasileira, lei nº. 5540/1968 e assim por diante⁵.

As políticas educacionais, nesse contexto, vêm deformar o intuito primeiro do trabalho da categoria dos professores que se veem diante de múltiplas demandas a terem que cumprir em determinado tempo estipulado. O trabalho do professor fica à mercê dessas políticas oriundas do plano burocrático, racional e gerencial do Estado⁶, que em contrapartida formula as reformas educacionais. O Estado operacionaliza as reformas educacionais no país. Em um segundo plano estão os sujeitos que protagonizam a reforma. No entanto, eles⁷ devem e precisam refazer o movimento de colocarem-se em primeiro plano, pois é a partir da

⁴ A adequação dos sistemas de ensino às novas regras nacionais apresentam três dinâmicas de ação que são as supletivas, a distributiva e a de regime de cooperação e colaboração dos três entes da federação (União, Estado e Municípios), cujas normas estão apontadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) Lei nº 9394/96. As alterações dessa lei abrigam um capítulo sobre uma nova forma de organização da educação nacional, cujo título será o Sistema Nacional de Educação. A proposta está em estabelecer: 1) uma base nacional comum que oriente a formação docente e os processos de avaliação de aprendizagem; 2) a estrutura e o funcionamento de estabelecimentos escolares; 3) a valorização profissional e a avaliação institucional; 4) a gestão democrática, no seu sentido amplo, incluindo o funcionamento de conselhos, fóruns, instâncias de negociação e as conferências de educação. Traduzidas respectivamente em estratégias 2.1, 2.2, 3.1 e 3.2, meta 15, artigo 11; estratégias 20.6, 20.7 e 20.10, artigo 6, 7, 8, 9 (ABICALIL; CURY; DOURADO; PORTELA; NOGUEIRA 2015, p. 461).

⁵ Ver texto na íntegra nos anais do II Seminário Internacional Desafios do Trabalho e educação no século XXI, organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia em setembro de 2015. Maiores informações acesse: www.laborework.blogspot.com.br

⁶ MARE/MEC. Ministério de Administração e Reforma do Estado (1995). Aqui reside a análise das alterações do desenvolvimento das forças produtivas devido a modificação da intervenção do Estado nas políticas sociais e na mudança em suas funções dentro do sistema de proteção social.

⁷ Trabalhadores em educação, proletários intelectuais e ou profissionais da educação.

sociedade e da organização dos grupos de trabalho que alguma mudança se processa em favor dos trabalhadores da educação. As resistências operacionalizam as mudanças, a qual podemos chamar de estratégias sindicais mediante o mundo do trabalho. Aqui cabe a vez e a voz do sindicato e sua representatividade de categoria ao acolher os pedidos dos trabalhadores.

A esse respeito, nos debruçamos nos estudos de Giovanni Alves⁸ sociólogo que aprofunda a crítica sobre o processo inovador de reestruturação produtiva do capital e suas consequências diretas no mundo do trabalho e no movimento sindical. Para o autor, o principal elemento que caracteriza o novo complexo de reestruturação produtiva é o potencial destrutivo sobre a classe trabalhadora e a sua subjetividade, configurando um novo e precário mundo do trabalho que acarreta, dentre tantas outras consequências, enormes obstáculos e dificuldades para o avanço do movimento sindical. A constatação da precarização do trabalho se une ao processo atual de terceirização⁹ enquanto atividade suplementar aos postos de trabalho excedentes, promovendo certa instabilidade e provisoriedade para o trabalhador e nenhuma garantia e condição para esse trabalhador.

Daí decorreu a hipótese de que a terceirização, que vem sendo liberalizada a partir da generalização das atividades-fim das empresas, caracteriza-se como uma das formas de ampliação da exploração do trabalho e a acumulação do capital. Reconhecer a presença de fundamentos ideopolíticos que dão legitimidade as requisições das entidades empresariais para o aprofundamento da relação público-privado no país através da ampliação da terceirização poderá contribuir para o debate público e coletivo acerca das relações entre os direitos trabalhistas, funções do Estado e as contrarreformas em curso (SANTOS, 2016, p. 8).

As críticas sobre as mutações no mercado de trabalho e seus impactos para o trabalho docente serão aqui delineadas à luz desses conceitos primários em seus desdobramentos reformistas. Nesse sentido, também para Antunes (2016), a terceirização seria o retorno da escravidão do trabalho no Brasil pensada no contexto do século XXI, assim instaura-se no Senado por meio da PLC 30/2015 a lógica da burla, pois os trabalhadores terceirizados não têm direito às férias remuneradas, décimo terceiro, ou seja, são expostos à escravidão moderna. No entanto, o movimento contrareformista em curso sinaliza para a unificação da classe trabalhadora em prol do esclarecimento rumo à instrumentalização de um regime unificado de consolidação e manutenção dos direitos trabalhistas.

⁸ Ver ALVES, Giovanni (2010). *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. 3.ed. São Paulo: Boitempo.

⁹ Ver ANTUNES, Ricardo (2016). “O regime da burla ou o futuro das relações de trabalho no Brasil”. Entrevista concedida a Liliane Machado. *Revista Universidade e Sociedade*. ANDES, n.57, Jan., pp. 152-163.

Entretanto, a reestruturação produtiva no Brasil dos anos 1990 apresenta seu auge de controle no setor industrial mediante o crescimento da indústria automobilística¹⁰, o que inclui as montadoras e os fornecedores de autopeças. Percebe-se aí com maior clareza o toyotismo sistêmico impulsionado pelas inovações tecnológico-organizacionais. A esse respeito temos a crise de superprodução como consequência nefasta à lógica de produção capitalista, com a relocação de um capitalismo mundial concorrencial, pois não basta mais as montadoras como a Ford e a Volkswagen, mas também a localização industrial no país da Renault, Ásia Motors, Hyundai e Subaru, sediadas antes na região sudeste e posteriormente se espalhando para todas as outras regiões do país, continuando a crescerem desordenadamente. Esse patamar de corporativismo e complexo industrial inaugura um impacto no mundo do trabalho, uma nova sociabilidade devido à regionalização e realocação desses complexos industriais, ou seja, uma nova idéia de política industrial respaldados pelo pano de fundo característico de uma liberalização comercial ajustada aos ditames do neoliberalismo.

Mediante essa análise de conjuntura político-econômica, do mesmo modo a política neoliberal se coaduna no âmbito educacional quando, nos anos de 1990, as reformas educacionais imprimem no interior das instituições educativas traços modernizantes de um gerencialismo racional, burocrático, tecnicista, mecanicista e modernizante, quase que uma reestruturação produtiva da educação e de aproximação ao toyotismo sistêmico em suas relações de trabalho. O mundo do trabalho educacional e as reviravoltas econômicas do mercado de trabalho usurpam a gestão do trabalho docente no interior das IFES. O atendimento indiscriminado aos modelos de reforma propostos por políticas de cada governo estipulam apenas tendências, e não traços de uma gestão educacional mais eficaz. A esse respeito formulamos para as reformas das políticas educacionais traços típicos de uma adesão sem limites aos modismos predominantes de uma determinada conjuntura política.

Sendo assim, é necessário ficarmos atentos a essas mudanças cíclicas segundo o ponto de vista educacional, pois o desgaste da máquina administrativa corrói o que de mais perene deveria permanecer no papel sobre o que deve ser o trabalho docente na universidade pública brasileira. A preservação do sentido do que é público e a natureza conceitual do trabalho devem ser as diretrizes que norteiam as reformas educacionais para o trabalho docente no decorrer de sua profissionalização para a docência.

¹⁰ Ver PREVITALI, Fabiane S. (2002). *Controle e resistência na organização do trabalho no setor automotivo: o caso de uma empresa montadora nos anos 90*. Tese (Doutorado). UNICAMP (Biblioteca Digital).

Reformas educacionais e trabalho docente nas IFES de Minas Gerais

A reestruturação produtiva do trabalhador docente demonstra sinais nefastos no interior do espaço educativo, e em especial no interior da universidade pública brasileira. O profissional da educação permanece restrito ao controle e se submete a novas formas de resistência de natureza teórico-metodológica e/ou didático-pedagógica, conseqüentemente influenciados pela conjuntura em constante transformação. Há um chamado para maior participação em cursos de capacitação em serviço ou a adesão indiscriminada a tendências de gestão interna.

Sendo assim, é a partir do estudo de Cunha (2007) que a década de 1990 foi reformada integrando uma trilogia denominada de nova era, isto é, a era da informatização do saber. O autor explica a preocupação educacional desse momento histórico revelando o significado da implantação dos convênios MEC-Usaid com a tese inovadora que se resume nas influências recebidas pela conivente burocracia ditatorial transvestida pela social-democracia. O autor acrescenta que, quando os assessores norte-americanos chegaram ao Brasil, encontraram um terreno arado e adubado para semear suas idéias neoliberalistas no interior em específico da comunidade universitária. O enfoque apresentado por ele esclarece o contexto de Reforma Universitária a partir dos anos de 1968, fechando o ciclo outrora conclamado pelos pioneiros da educação brasileira, tais como Anísio Teixeira e Florestan Fernandes, professores que se recusaram a implementar esses modelos e que se opunham aos acordos econômico-financeiros do MEC-Usaid. Ao se espelhar no trabalho desses professores temos que a crítica aos regimes autoritários aponta caminhos para não incorreremos nos mesmos erros.

É indispensável que a universidade pública brasileira apresente, no contexto da sociedade do conhecimento e da tecnologia, uma posição contrária à tanta adesão indiscriminada à inovação, sem critério para um trabalho mais humanizado em seu apelo educativo. O gerenciamento da tecnologia da aprendizagem despotencializa algumas faculdades mentais e intelectuais do professor que se sente incapaz de sequer se aproximar da subjetividade do aluno, devido à distância entre o essencial e o acessório. A complexidade estabelecida na atualidade para o trabalho de formação do professor perpassa por essa problematização que só poderá ser apreendida se as reformas educacionais em suas políticas educacionais de regulação aderirem ao movimento contrário da sociedade do conhecimento tecno-gerencial da aprendizagem (LITTO, 2010, p. 1). Essa concepção de ensino aderiu a mais uma nova perspectiva técnica de aprendizagem, concordamos com o autor quando, em

suas reflexões, a palavra racionalização da aprendizagem ocupa um novo lugar no cenário e consequentemente o trabalho docente caminha para essa adequação um tanto quanto aquém das habilidades subjetivas em prol da supervalorização de técnicas para aprendizagem um tanto quanto distantes da presença do professor, em uma configuração de excesso de redes de aprendizagens, web conferencias e conteúdos multidisciplinares de produção da imagem. A posição de interrogação aqui é perene visto que o papel do professor inverte as prioridades de interlocução próxima com o aluno.

As IFES mineiras nesse cenário de reformas educacionais têm aderido com ressalvas a essa modernização do conhecimento, à convenção de novos conhecimentos e competências de aprendizagem, pois a cartilha têm sido flexível. O trabalho do professor após a assunção de um novo designer gráfico substituiu os cânones pela imagem televisiva. A obtenção do acesso aos conhecimentos acadêmicos amplia a demanda, mas reprime o acesso das camadas populares à aprendizagem, é possível deixar isso claro mesmo que em linhas gerais. Significa dizer que o aumento de matrículas de alunos na universidade pública brasileira segundo essa perspectiva de ensino corresponde ao andamento da universidade reformanda¹¹ do século XXI, no entanto, faz repensar qual qualidade buscamos para essa modalidade de ensino.

Para Litto (2010), a descrição das estruturas curriculares dos cursos online oferecem para o desenvolvimento da aprendizagem no modelo da EAD maior visibilidade e projeção para o futuro, um método aplicado e por ele denominado de andragogia. Segundo esse autor, a estrutura de cursos online oferece muitas oportunidades para atividades sociais educativas, como o reforço de bons comportamentos comunicacionais em discussões (ser bom ouvinte, não tentar intimidar o outro, respeitar a diversidade de opiniões) e a prática de crítica construtiva na avaliação do trabalho de um colega, bem como o correspondente espírito receptivo para aceitar com equanimidade a crítica dos colegas de turma com relação ao seu trabalho. A ênfase no trabalho colaborativo inclui o compartilhamento de informação e o alto grau de interatividade. Sendo assim, com

(...) sete milhões de novas páginas de informação adicionadas a internet diariamente, o alunos que não se atualizam pela participação num curso bem estruturado online, com noções de navegação inteligente e exaustiva (não se conter com apenas os primeiros dados encontrados), corre o risco de não encontrar toda a informação de que precisa para fazer um bom trabalho”. A internalização do conteúdo inclui o trabalho docente, em seu papel específico de facilitador da aprendizagem (LITTO 2010, p. 53).

¹¹ Nesse caso ver Cunha (2007) momento histórico-político e adequação pedagógica aos métodos de aprendizagem conservadores segundo os paradigmas norte-americanos.

Seguindo as reflexões pertinentes de Litto (2010), a imprensa oficial direciona a reforma¹² para a formação assíncrona de professores, apresentando as vantagens da aprendizagem online, estas: a) o uso de uma pedagogia diretiva programada para a interação do aluno com a matéria do curso e as atividades relacionadas com os resultados esperados; b) teoria respaldada no conceito sócio-construtivista¹³ que, por sua vez, considera a aprendizagem segundo a perspectiva do seu desenvolvimento apurado e significativo sobre o mundo real; c) a aprendizagem é baseada na problematização das vivências e não no processo de obtenção do conhecimento; d) a Internalização do conteúdo segundo essa andragogia direciona a aprendizagem e o papel do professor universitário para a defesa de sua posição por escrito ou oralmente quando mediante o estudo em grupo.

O socioconstrutivismo, segundo o ponto de vista da teoria psicológica marxista russa, direciona o comportamento humano para uma comunicação emocional direta combinada com a atividade de estudo para o desenvolvimento do potencial do pensamento político-ideológico revolucionário do pensamento marxista, de modo que não ocorre indissociado da revolução sociológico-proletária e também do pensamento revolucionário socialista marxista-leninista¹⁴. A aprendizagem projetada para o futuro influenciou as instituições educacionais que no século vigente exploram constantemente o anseio de novos mercados e a globalização do conhecimento.

¹² Um dos movimentos filosóficos e metodológicos mais significativos no campo de educação à distância nas últimas décadas é a 'aprendizagem aberta' (open learning), inserida no âmbito do ideal social e político de oferecer maior acesso ao conhecimento avançado e de certificação de competências para camadas da sociedade que antes não tinham tais oportunidades. A primeira instituição a iniciar essa prática, mantendo a liderança no seu uso, é a Universidade Aberta do Reino Unido (UKOU) que desde 1969 oferece oportunidades para o estudo universitário em tempo parcial ou completo. Seus cursos por correspondência, televisão e internet (acompanhados de kits para as disciplinas mais práticas) são destinados a adultos com alto grau de autonomia de direção, mas sem alguns dos pré-requisitos acadêmicos necessários para aceitação num programa convencional. A UKOU é um tipo de universidade destinada a oferecer uma segunda chance para aqueles alunos que possuem impedimentos de cunho profissional, necessidades familiares ou indecisão prolongada.

¹³ A aprendizagem significativa apenas se origina quando o outro modifica qualquer situação do quadro de sua vida existencial, o aprender teórico-reflexivo inaugura a zona de desenvolvimento proximal imediato do aprender. Essa situação social de aprender começa a ser cogitada no século passado por Lev Semionovitch Vigostski (1896-1934), teórico russo criador da psicologia histórico-cultural. O aprofundamento dessa abordagem sócio-construtivista estão referenciados pela psicologia marxista russa, os quais Prestes, Tunes e Nascimento (2013) estudam sobre a vida e obra vigostskiana no contexto da obra dos precursores da psicologia marxista russa, quais sejam: A. N. Leontiev (1870-1916); A. R. Luria (1874-1944); Konstantin N. Kornilov (1879-1957); Sergei Leonidovich Rubinstein (1889-1960); A. V. Zaporozhets (1905-1981); Daniil Borisovich Elkonin (1904-1984); L.V. Zankov; A.V. Petrovsky; P. Ya. Galperin (1902-1988); D. Elkonin (1904-1984); P.I. Zinchenko (1903-1969); Vasily Vasilyevich Davydov (1930-1998); N. F. Talizina (LONGAREZI & PUENTES 2013, p. 45).

¹⁴ Ver Marx & Engels (2009, p. 63). No manifesto do Partido Comunista a burguesia russa coloca-se no seu lugar de protagonista da acumulação do capital o proletariado é recrutado para o desgaste da concorrência e o país se organiza militarmente para atender ao pedido das forças armadas. As diferentes fases de desenvolvimento do conhecimento estão afinadas com essa teoria política.

Assim, mediante o desenvolvimento do contexto de rebelião e revolução do pensamento, a matriz político-burguesa edificou uma sociedade dos desvalidos. Hoje os operários intelectuais¹⁵ desaparecem das grandes indústrias e continuam perpetuando a degradação do trabalho no chão da fábrica das universidades ao se permitirem serem explorados pelos meios de produção altamente nocivos e de base material, pois, outrora comovidos pelo trabalho artesanal não encontram meios suficientes para sua sobrevivência. Hoje as forças produtivas sociais se empenham em incendiar as fábricas.

Ante o trabalho assalariado do professor universitário é lamentável assistir ao lucro individual em detrimento da expansão de infraestrutura orçamentária na construção de novos prédios, mobiliários, bibliotecas, materiais permanentes e novos planos de custeio infra-estrutural, os prédios permanecem estáticos, só que o mais importante haveria de ser a atenção voltada aos sujeitos que processam a mudança no interior das IFES mineiras e é preciso que nos atentemos para as reais condições desse trabalho docente.

Os projetos em andamento e em vigor em algumas universidades públicas federais que aderiram ao Projeto Universidade Aberta do Brasil (UAB)¹⁶ e suas ramificações pós Governo Lula da Silva, quais sejam: Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), Programa Extensão da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (IFETs), Programa Universidade para Todos (PROUNI), Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), Sistema de Seleção Unificado (SISU), Programa de Bolsa Permanência (PBP), Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC); Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), quantificam os eixos de implementação de políticas públicas educacionais para as IFES, ou seja, o planejamento educacional nacional apresentado atribui à gestão um passo arbitrário, meritocrático, classificatório, competitivo, excludente, intensificado e pouco flexível para o trabalho em sala de aula.

Por isso, a intensificação do labor na sociedade contemporânea para Dal Rosso (2008) se introduz a partir da evolução da organização do trabalho inaugurando uma nova força de trabalho de rigidez e especialização profissional que envolve a diminuição do poder de decisão do trabalhador perante o seu próprio trabalho. Sendo assim, a intensidade é mais que

¹⁵ Segundo Marx o termo utilizado para caracterizar a classe verdadeiramente revolucionária é o lumpemproletariado. Nesse caso ver Marx & Engels (2009) em sua 9ª edição com redação na ocasião do II Congresso do Movimento Operário (1847).

¹⁶ Projeto (UAB) foi regulamentado pelo Artigo 80 § 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN); normatização pelo Decreto Lei nº 5.622, de 20/12/2005 e Decreto 5.773 de 06/2006 e instrumentalização pela Portaria 1 e 2, de 11/01/2007.

esforço físico, pois diz respeito a todas as capacidades do trabalhador, seja do corpo, da mente, afetividade despendida e/ou os saberes pelo tempo ou transmitidos por meio de socialização no ambiente de trabalho. No intuito de melhorar resultados na produção, são estabelecidas ao trabalhador muitas restrições e auto grau de intensidade e produtividade no desempenho de sua tarefa. Para a autora, são diferentes as formas de intensificar o trabalho, pois dependem os ramos da atividade econômica que está se desenvolvendo. No campo educacional as ramificações se aproximam das designações do trabalho imaterial, que é, por sua vez, um trabalho de gestão por resultados mediante a adoção dos princípios da polivalência, versatilidade e flexibilidade. Os computadores e máquinas inteligentes são pré-condição na contemporaneidade para a obtenção de certo grau de eficiência no trabalho, as hoje tecnologias da informação medem a produtividade do trabalho cada vez mais desencadeando nova cobrança entre a gestão e o trabalhador. O stress, o medo, a exaustão manifestam-se de diferentes maneiras, portanto, a autora analisa como o trabalho se tornou sinônimo de punição e sofrimento e não mais como no passado: uma atividade vital de realização da vida humana.

Portanto, os teores das reformas educacionais imprimem ao trabalhador das IFES mineiras um quadro de incertezas e de profundo adoecimento. Diante desse quadro de reformas em curso é certo que agregado ao impulso de políticas neoliberais a tendência político-econômica é de liberalização de fronteiras do comércio, a ponto de incentivar acordos ante as atividades de flexibilização na contratação de trabalhadores, o que gera inúmeros percalços nas condições dos usos da força de trabalho. Somado às reformas, a reestruturação produtiva fragmenta o processo produtivo criando novas formas de controle diante do trabalho terceirizado objetivando sempre de um lado, a redução de custos, e de outro lado, a externalização dos conflitos trabalhistas. Assim, as terceirizações têm sido a principal forma de precarização do trabalho devido à superexploração do trabalhador resultando em formas de escravidão (SANTOS 2016, p. 12).

Nessa perspectiva, com a apresentação de uma crise social vemos que a resistência da classe trabalhadora têm ameaçado a hegemonia neoliberal propondo até mesmo a revisão da tese do projeto neoliberal devido ao surgimento do social-liberalismo e o novo desenvolvimentismo. É evidente que as atuais políticas de focalização têm restringido os recursos orçamentários destinados ao financiamento das políticas sociais - educação, saúde e previdência, por exemplo. Neste contexto, de acordo com Reis (2016), no direcionamento das políticas do governo Lula e Dilma (2003-2014), a prioridade adotada foi de manutenção do

ajuste fiscal e realização de reformas que fossem capazes de assegurar o pagamento da dívida pública, como consequência, o financiamento das IFES não haveria de ser considerado um gasto social prioritário.

Assim, os dados estatísticos demonstram de maneira geral que, no ano de 2003, os recursos destinados à assistência social representavam proporcionalmente 0,96% das despesas orçamentárias da União, em 2014 passaram a representar 3,11% das despesas da União. No ano de 2014 foram liberados recursos de R\$ 13.154 bilhões destinados ao PROUNI e ao FIES. Nesse período os recursos destinados às universidades federais apresentaram crescimento de 76,47%. O autor alerta que a execução dos recursos da União no governo Dilma tem apresentado cortes orçamentários por meio das chamadas medidas de ajustes, no período de 2003 a 2014. Amplia-se o repasse dos recursos públicos para os grandes grupos financeiro-educacionais, por meio do FIES e do PROUNI, prioriza-se o pagamento da dívida pública e privatizam-se os hospitais universitários com a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), portanto, amplia-se o espaço de valorização do capital (REIS, 2016, p. 28-31).

Na esteira dessas iniciativas em curso está a classe trabalhadora, especificamente o trabalhador docente, o profissional da educação que é fruto das contradições desse capital, luta de classes, direitos e políticas sociais. Durante a greve das IFES no ano de 2015, a intensificação do debate em torno da pauta de reivindicações da campanha do movimento sindical consta os seguintes pontos aprovados em congresso pela categoria: a) a defesa do caráter público da universidade; b) condições de trabalho; garantia de autonomia; c) reestruturação da carreira e e) valorização salarial de ativos e aposentados. No entanto, a questão trazida como pano de fundo diz respeito à emancipação humana e à possibilidade de apontar a educação em seu devir. As relações estabelecidas entre o plano de mobilização da categoria ensejam, no contexto da greve, a chamada para o movimento contrário, mostra-se a universidade pública fechando-se para dentro de si mesma, ou seja, mostrando-se irreformável.

Considerações finais

A luta permanente pela democracia nunca foi tão cogitada como hoje entre os docentes, que se veem diante dos constantes ataques aos direitos e conquistas sociais e

trabalhistas. Diante da crise instalada, intensificam-se os questionamentos sobre qual democracia a sociedade deve buscar. As reorganizações desses direitos trabalhistas estão ordenadas na agenda política, e identificadas com uma série de projetos de Lei apresentados no final do ano de 2015 e que atualmente tramitam no Congresso Nacional quais sejam: Projeto de Lei Complementar 257/2016, que integra o pacote de ajuste fiscal e traz suspensão de concursos públicos, congelamentos de salários, não pagamento de progressões e promoções na carreira, retirada de gratificações, destruição da previdência social e revisão dos regimes jurídicos dos servidores estão entre as medidas a serem implementadas. Também nessa mesma direção temos: PLS 555/15: cria o estatuto das estatais, transformando empresas públicas em sociedades anônimas; PLP 92/07: permite que as fundações estatais de direito privado atuem no desenvolvimento de atividades sem fins lucrativos, que não sejam exclusivas do Estado e não exijam o exercício do poder de autoridade; PLC 30/15 (ex-PL 4330): regulamenta de forma irrestrita a terceirização de atividade-fim, flexibilizando as relações de trabalho e retirada dos trabalhadores direitos como férias e fundo de garantia; PLS 397/15: estabelece normas e regras gerais, para a negociação coletiva na administração pública direta e indireta da união, estados, do Distrito Federal e dos municípios, PLS 327/14, PLS513/07: restringem o direito de greve dos servidores públicos; PL4251/15: altera a remuneração, regras de promoção, incorporação de gratificação de desempenho e aposentadorias e pensões de servidores públicos da área da educação; PEC 395/14: põe fim ao princípio constitucional da gratuidade das atividades de cursos de especialização (extensão e pós-graduação lato sensu) oferecidas pelas instituições de ensino superior (IES) públicas, alterando o inciso IV do artigo 206 da Constituição Federal (ANDES, 2016, p. 12).

Nesse contexto, os velhos problemas da democracia tornam-se novos problemas, pois a assimilação das transformações do trabalho tomaram uma nova centralidade num momento de significativa problematização e contestação frente às variadas repercussões do mundo capitalista no interior da universidade pública. A centralidade do trabalho busca reconhecer o papel da classe trabalhadora nesse momento de profundas transformações na sociedade capitalista contemporânea, assim, os elementos conceituais para busca dessa situação residem em analisar a crise que combina a complexidade do momento histórico com a intensificação dos ritmos e processos do valor do trabalho pela ciência.

Segundo as análises de Antunes (2002), a tendência do capital na contemporaneidade reside em reconhecer o papel crescente da ciência como base material das relações entre capital e trabalho, por isso que a sugestão da tecnociência na produção do conhecimento

torna-se um elemento essencial na produção de bens e serviços educacionais, trazendo assim uma característica decisiva da capacidade de trabalho. Desse modo, então, a multifuncionalidade deve ser explorada de maneira intensa e sofisticada, assim, na expansão do trabalho impulsionado pela dimensão intelectual dispensa-se o operariado tradicional, fabril da era do fordismo. Portanto, o autor pontua a possibilidade da revolução do trabalho em *Adeus ao trabalho?* Enumerando as mudanças históricas de grande salto tecnológico e suas repercussões nas relações de trabalho e produção do capital regido pela especialização flexível. E mais, o trabalho manifesta uma crise particular de conformismo e resignação ao sistema de economia mundial, pois o mercado interno de capital produtivo mostra-se incapaz de absorver mão-de-obra, os países periféricos contentam-se com a sub-remuneração e a consequente rebelião social em colapso. O movimento operário revestido do marxismo problematiza, na contemporaneidade, essa crise mundial do sistema de produção e recria a objetividade do trabalho em sua contestação permanente. Os sindicatos e os partidos configuram-se como elementos de mediação do agir e são expressões autênticas de superação.

O desafio maior da classe-que-vive-do-trabalho, nesta viragem do século XX para o XXI, é soldar os laços de pertencimento de classes existentes entre os diversos segmentos que compreendem o mundo do trabalho, procurando articular desde aqueles segmentos que exercem um papel central no processo de criação de valores de troca, até aqueles segmentos que estão mais a margem do processo produtivo, mas que, pelas condições precárias em que se encontram, se constituem em contingentes sociais potencialmente rebeldes diante do capital e suas formas de (des) sociabilização (ANTUNES, 2002, p. 171).

Os elementos de análise essenciais para o entendimento estrutural de precarização do trabalho docente amplia-se quando a proporção dos entes de mediação (sindicato e partidos políticos) levam os reais motivos da reestruturação produtiva e seus impactos no processo de trabalho interior das IFES para a coletividade. A dimensão intelectual do trabalho operário é suprimida na maioria das vezes quando prevalece o aumento do ritmo do trabalho e a extensa produtividade repetitiva e mecânica esgota os limites da intensidade do sobretrabalho, assim temos a subsunção real do trabalho ao capital. Esse processo produtivo controlado, regulado e mediado enquanto esforço intelectualizado integra a engrenagem de estratégias de integração ao ideário do movimento operário social-democrático de continuidade e contribuição à reprodução compatível com a legitimidade estatal e o fetichismo do Estado de arbitrariedade e exterioridade frente ao capital e ao trabalho (ANTUNES, 2009, p. 41).

O trabalho intelectual retoma uma nova forma de consciência de classe e uma nova forma de sociabilidade acadêmica. A expansão e a ruptura dos espaços de negociação na comunidade universitária transborda as expressões máximas de revolta diante da proletarização e massificação das relações de trabalho no interior das IFES (mineiras), as ações frequentes de resgate a contextos de emancipação social respaldadas pelos movimentos sociais de base operária se contrapõem permanentemente a auto-atividade desprovida de significado político. O processo de trabalho intelectual pressupõe a reelaboração dos debates e reflexões em torno da revolução do trabalho estranhado que desencadeia entraves significativos para a organização das reivindicações internas do movimento universitário.

Sendo assim, as formas de ser movimento social operário da classe-que-vive-do-trabalho acadêmico necessitam objetivar uma expressão de constância analítica de conjuntura. A concretude das relações de trabalho de um novo operariado necessita de maior problematização diante da classe trabalhadora, principalmente diante da nova tendência do 'terceiro setor', na prestação de serviços educacionais que em muito afetam o cotidiano das relações de trabalho na universidade pública.

Referências

ABICALIL, Carlos A.; CURY, Carlos R. J.; DOURADO, Luiz F.; PORTELA, Romualdo; NOGUEIRA, Flávia (2015). “O sistema nacional de educação”. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação* (RBP AE). Associação Nacional de Política e Administração da Educação. Goiânia: ANPAE, v. 31, n. 2, mai./ago.

ALBORNOZ, Suzana (2008). *O que é trabalho?* São Paulo: Brasiliense. (Coleção Primeiros Passos).

ALVES, Giovani (2010). *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. 3.ed. São Paulo: Boitempo.

ANTUNES, Ricardo (2016). “O regime da burla ou o futuro das relações de trabalho no Brasil”. Entrevista concedida a Liliane Machado. *Revista Universidade e Sociedade*. ANDES, n. 57, Jan., pp. 152-163.

ANDES (2016). *InformANDES. Sindicato Nacional dos docentes das instituições de ensino superior-ANDES-SN*. Brasília (DF). CSP-Conlutas, n. 57, abril.

ANTUNES, Ricardo (2002). *Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 8.ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas.

ANTUNES, Ricardo (2009). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo. (Coleção Mundo do Trabalho).

BRANDÃO, Carlos da Fonseca (2007). *LDB passo a passo: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), comentada e interpretada, artigo por artigo*. 3.ed. Atualizada. São Paulo: Editora Avercamp.

CUNHA, Luiz A. (2007). *A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. 2.ed. São Paulo: Editora UNESP.

DAL ROSSO, Sadi (2008). *Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo.

LITTO, Frederic M. (2010). *Aprendizagem à distância*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

PRESTES, Zoia & TUNES, Elizabeth; NASCIMENTO, Ruben (2013). “Lev. Semiovitch Vigotski: um estudo da vida e da obra do criador da psicologia histórico-cultural”. In: LONGAREZI, Andréa M. & PUENTES, Roberto V. (Orgs). *Ensino desenvolvimental: vida pensamento e obra dos principais representantes russos*. Uberlândia: EDUFU. (Coleção biblioteca psicopedagógica e didática. v. 1).

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich (2009). *Manifesto do Partido Comunista*. Texto Integral. Tradução Antônio Carlos Braga. Editora Escala. (Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal).

REIS, Luis F. (2016). “Divida publica e política economia: o financiamento das universidades federais nos governos Lula e Dilma (2003-2014)”. *Revista Universidade e Sociedade: as lutas sociais ante a agenda do capital*. ANDIFES, Brasília/DF, n. 57, jan. pp. 16-35.

SANTOS, Cleusa (2016). “Uma nova onda neoliberal varre os direitos sociais: notas de leitura sobre o debate atual da terceirização”. *Revista Universidade e Sociedade: as lutas sociais ante a agenda do capital*. ANDIFES, Brasília/DF, n. 57, jan. pp. 6-15.